

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Cumprindo a legislação vigente e as normas estabelecidas em nossos Estatutos Sociais, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras da Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A. do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, comparativamente a igual período do ano anterior, bem como o parecer dos auditores independentes da Deloitte Touche Tohmatsu. A Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A. é parte de um dos maiores grupos internacionais de seguros, o Royal & Sun Alliance Insurance Group plc, fundado na Inglaterra em 1710, presente em 27 países e com operações em 130 localidades. São mais de 20 milhões de clientes e aproximadamente 24 mil funcionários. No Brasil, é uma empresa reconhecida pela excelência e tradição no mercado corporativo, sendo percebida pela capacidade de inovar e desenvolver soluções para os mercados onde atua. Durante o ano de 2007, os prêmios emitidos foram de R\$ 312 milhões e os prêmios retidos cresceram 10% alcançando a marca de R\$ 225 milhões. Já os prêmios ganhos cresceram 14%, chegando a R\$ 219 milhões. Nosso resultado foi impactado pelos investimentos na contratação de pessoas e infra-estrutura para áreas estratégicas da empresa, além do impacto da redução nas taxas de juros no mercado brasileiro. O investimento foi realizado com o objetivo de alavancar negócios nos principais segmentos de nossa atuação e o retorno será percebido nos próximos períodos. Nosso índice de sinistralidade ficou 5 pontos acima do ano anterior, fechando o ano de 2007 em 50%, ainda abaixo da média de mercado. Em 2007 iniciamos o projeto de melhoria de processos e eficiência operacional da área de Sinistros. Esse investimento irá proporcionar uma melhoria na qualidade dos serviços e maior agilidade no atendimento de sinistros.

O ramo de Transportes é o maior segmento de atuação da Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A., sendo a segunda maior seguradora em seguros para embarcadores (Transporte Internacional + Nacional), além de líderes de mercado com inovações e processos operacionais. Durante o ano de 2007, a área de Transportes gerou 51% do total dos prêmios retidos e direcionou parte do seu investimento para os processos de Gerenciamento de Riscos dos clientes. No ano de 2007, a área de Transportes recebeu dois prêmios no X Prêmio Cobertura, nas categorias "Performance Econômico-Financeira da carteira de Transportes" pelo sexto ano consecutivo e "Melhor Performance em Marketing de Incentivo para Corretores", com a Campanha de Incentivo "Transporte Premiado". Em 2007 foi finalizado o projeto de melhoria da eficiência operacional, utilizando a metodologia já testada e aplicada com êxito pela matriz no Reino Unido. As principais ações realizadas foram: a centralização das áreas operacionais e técnicas em São Paulo e o fortalecimento de nossa área Comercial, o que possibilitou aumentar o foco na Gestão do Relacionamento com corretores e clientes, a fim de permitir uma melhor qualidade nos serviços prestados e maior agilidade no atendimento. Além disso, para suportar o crescimento esperado pela companhia, abrimos cinco novos escritórios de vendas, sendo dois na região sul, dois na região sudeste e um na região nordeste do país. A definição das localidades baseou-se em uma análise de mercado, que levou em consideração as atividades econômicas, o potencial de prêmios de seguros, a concorrência e a demanda regional por soluções de seguros. Considerando a abertura do Mercado de Resseguros prevista para abril de 2008, investimos na estruturação de processos, desenvolvimento e ajustes de sistemas e principalmente na capacitação de nossos profissionais,

utilizando a experiência de outras operações internacionais da empresa em mercado aberto de resseguros. Neste ano, tivemos a consolidação das práticas de Governança Corporativa e Auditoria Interna, a fim de focar nos riscos com maior rentabilidade para o nosso negócio. Investimos em treinamentos internos para os nossos colaboradores, por meio do Projeto Academia Técnica, com o objetivo de oferecer aos clientes uma análise de risco ampla, criteriosa e proporcionar um completo entendimento dos riscos existentes. Realizamos diversas ações de relacionamento com corretores e clientes através de eventos de relacionamento e a intensificação da Campanha de Incentivo a venda para corretores na comercialização do seguro de Transporte Internacional. Por fim, realizamos um Projeto de Revisão Estratégica, com objetivo de definir o planejamento e as metas para os próximos anos. Esse projeto estabelecerá as diretrizes para um crescimento mais rápido e sustentável de nossa organização. **Agradecimentos** Agradecemos aos corretores parceiros, aos nossos clientes, fornecedores, IRB, SUSEP e aos Órgãos Reguladores brasileiros pela confiança e apoio em nós depositados. A nossa equipe de colaboradores, nossos sinceros agradecimentos pela garra e comprometimento demonstrados na realização e manutenção dos negócios, que é a base para continuarmos nosso crescimento no país com confiança no futuro. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para outros esclarecimentos que entenderem necessários.

Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 2008.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2007	2006
CIRCULANTE		341.653	315.109
Disponível		1.466	1.178
Caixa e bancos		1.466	1.178
Aplicações	3	205.894	186.792
Títulos de renda fixa		106.974	76.823
Quotas de fundos de investimentos		95.988	108.687
Outras aplicações		2.932	1.282
Créditos das operações com seguros e resseguros		103.682	99.191
Prêmios a receber		85.639	76.916
Operações com seguradoras		5.276	5.261
Operações com resseguradoras		14.437	17.413
(-) Provisão para riscos de créditos		(1.670)	(399)
Títulos e créditos a receber		14.500	16.842
Títulos e créditos a receber		4.187	3.801
Créditos tributários e previdenciários	4.a	9.749	13.043
Outros créditos		580	66
(-) Provisão para riscos sobre créditos		(16)	(68)
Outros valores e bens	17.a	4.895	1.717
Bens à venda		4.895	1.717
Empréstimos e depósitos compulsórios		168	-
Empréstimos e depósitos compulsórios		168	-
Despesas de comercialização diferida	7	11.048	9.389
Seguros e resseguros		11.048	9.389
NÃO CIRCULANTE		59.780	57.226
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		48.476	43.224
Aplicações	3	456	428
Outras aplicações		456	428
Títulos e créditos a receber		47.780	42.607
Créditos tributários e previdenciários	4.b	17.059	13.792
Depósitos judiciais e fiscais		30.721	28.815
Outros valores e bens	17.a	2	1
Outros valores e bens		2	1
Empréstimos e depósitos compulsórios		238	188
Empréstimos e depósitos compulsórios		238	188
PERMANENTE		11.304	14.002
Investimentos		5	5
Outros investimentos		57	57
(-) Provisão para desvalorização		(52)	(52)
Imobilizado	5	6.784	11.295
Imóveis		1.891	6.823
Bens móveis		9.322	7.975
Outras imobilizações		-	3
(-) Depreciação		(4.429)	(3.506)
Diferido	6	4.515	2.702
Despesas de organização, implantação e instalação		8.936	8.411
(-) Amortizações		(4.421)	(5.709)
TOTAL DO ATIVO		401.433	372.335

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	2007	2006
CIRCULANTE		215.168	203.155
Contas a pagar		27.802	30.658
Obrigações a pagar		7.530	8.183
Impostos e encargos sociais a recolher		5.276	4.757
Provisões trabalhistas		2.918	2.266
Provisões para impostos e contribuições		7.934	11.211
Outras contas a pagar		4.144	4.241
Débitos de operações com seguros e resseguros		47.243	53.757
Prêmios a restituir		-	4
Operações com seguradoras		4.936	4.048
Operações com resseguradoras		24.380	33.706
Corretores de seguros e resseguros		11.952	10.576
Outros débitos operacionais		5.975	5.423
Depósitos de terceiros		7.337	3.432
Provisões técnicas - seguros e resseguros	7	132.786	115.308
Ramos elementares e vida em grupo		132.786	115.308
Provisão de prêmios não ganhos		58.188	51.685
Sinistros a liquidar		66.374	56.430
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		7.469	7.193
Outras provisões		755	-
NÃO CIRCULANTE		57.649	48.543
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		57.649	48.543
Contas a pagar		151	578
Provisão para tributos diferidos		151	578
Outros passivos contingentes e obrigações legais	10	57.498	47.965
Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)		52.089	44.184
Contingências trabalhistas		4.810	3.299
Contingências cíveis		599	482
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	128.616	120.637
Capital social - nacional		1	1
Capital social - estrangeiro		82.807	82.807
Reservas de reavaliação		810	1.865
Reservas de lucros		44.998	35.964
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		401.433	372.335

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	2007	2006
OPERAÇÕES DE SEGUROS		62.302	63.656
PRÊMIOS RETIDOS		225.456	204.904
Prêmios de seguros		317.443	298.892
Prêmios cedidos em cosseguros		(22.100)	(17.639)
Prêmios cedidos em resseguros		(69.887)	(76.361)
Prêmios retrocessão		-	12
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS		(6.320)	(11.975)
PRÊMIOS GANHOS	13	219.136	192.929
SINISTROS RETIDOS		(109.383)	(86.890)
Sinistros diretos		(201.245)	(130.651)
Sinistros de cosseguro aceito e retrocessão		(2.667)	(2.606)
Serviços de assistência		(1.418)	(3.469)
Recuperações de sinistros		71.264	34.664
Salvados e ressarcimentos		24.959	17.118
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(276)	(1.946)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO		(45.808)	(42.195)
Comissões		(59.161)	(54.404)
Recuperação de comissões		11.694	10.217
Variação das despesas de comercialização diferidas		1.659	1.992
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	14.a	(1.643)	(188)
Outras receitas operacionais		3.783	3.604
Outras despesas operacionais		(5.426)	(3.792)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14.b	(58.249)	(48.986)
DESPESAS COM TRIBUTOS	14.c	(7.762)	(8.599)
RESULTADO FINANCEIRO		12.683	15.781
Receitas financeiras	14.d	25.536	31.360
Despesas financeiras	14.e	(12.853)	(15.579)
RESULTADO PATRIMONIAL	14.f	223	(55)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14.g	296	(19)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		9.493	21.778
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(3.164)	(8.055)
Imposto de renda	15	(2.130)	(5.565)
Contribuição social	15	(801)	(2.064)
Participações de empregados		(233)	(426)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.329	13.723
Quantidade de ações		8.971.033	8.971.033
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,71	1,53

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	82.808	1.927	1.669	23.785	-	110.189
Reserva de reavaliação						
Realização	-	(97)	-	-	97	-
Imposto de renda e contribuição social	-	35	-	-	(35)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.723	13.723
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	-	-	686	-	(686)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,37 por ação)	-	-	-	-	(3.275)	(3.275)
Constituição de reserva	-	-	-	9.824	(9.824)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	82.808	1.865	2.355	33.609	-	120.637
Ajustes de exercícios anteriores (nota 3.e)	-	-	-	-	(938)	(938)
Retenção dos dividendos propostos do exercício de 2006, conforme AGE/AGO de 30 de março de 2007	-	-	-	3.275	-	3.275
Reserva de reavaliação						
Complemento da reserva de reavaliação	-	1.796	-	-	-	1.796
Imposto de renda e contribuição social	-	(689)	-	-	-	(689)
Realização parcial, principalmente por venda (nota 5)	-	(2.162)	-	-	2.162	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.329	6.329
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	-	-	377	-	(377)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,20 por ação)	-	-	-	-	(1.794)	(1.794)
Constituição de reserva	-	-	-	5.382	(5.382)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	82.808	810	2.732	42.266	-	128.616

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2007	2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	6.329	13.723
Depreciação e amortização	2.915	2.382
Amortização de ágio	-	233
Lucro na alienação do ativo permanente	67	(119)
Lucro líquido ajustado	9.311	16.219
Variações das aplicações financeiras	(19.130)	(19.741)
Variação dos créditos das operações	(4.491)	(30.659)
Variação de títulos e créditos a receber	(2.831)	(5.784)
Variação de outros valores e bens	(3.179)	(28)
Variação de empréstimos e depósitos compulsórios	(218)	(12)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(1.659)	(1.991)
Variação de contas a pagar	(2.856)	(303)
Variação de débitos de operações com seguros e resseguros	(6.514)	12.484
Variação de depósitos de terceiros	3.905	1.219
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros	17.478	19.304
Variação de outros passivos contingentes	9.533	8.163
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(651)	(1.129)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda de ativo permanente	7.256	600
Pagamento pela compra de ativo permanente	(4.523)	(2.038)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2.733	(1.438)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos	(1.794)	(3.275)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.794)	(3.275)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	288	(5.842)
Disponibilidades no início do período	1.178	7.020
Disponibilidades no final do período	1.466	1.178
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	288	(5.842)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A seguradora faz parte do Grupo Royal & SunAlliance (UK) e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida, em quaisquer das suas modalidades, tais como definidos na legislação em vigor, operando através de sucursais nos principais centros econômicos do país.
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a contabilização das operações.
Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da seguradora incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.
A Circular SUSEP nº 334, de 2 de janeiro de 2007 instituiu o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações contábeis das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2007.
(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:
• a apropriação dos prêmios e das comissões ao resultado, deduzidos de

cancelamentos, restituições e cessões em cosseguros e resseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices;
• a apropriação dos juros sobre prêmios fracionados, de acordo com o prazo de parcelamento desses prêmios;
• o resultado decorrente de retrocessões de prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas, outras receitas e despesas é apropriado mensalmente com base nos valores informados pelo IRB-Brasil Resseguros S.A.
(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Aplicações
Conforme disposto na Circular da SUSEP nº 334/2007, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de sua negociação pela administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
• **Títulos para negociação**
Aqueles adquiridos com o propósito de serem negociados freqüentemente e de forma ativa devem ser contabilizados pelo valor de mercado e classificados no ativo circulante; os ganhos e as perdas realizados e não realizados com esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.
• **Títulos disponíveis para venda**
São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados, conforme determinado pela SUSEP, são reconhecidos no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

• **Títulos mantidos até o vencimento**
• Aqueles para os quais a administração

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

• depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, sendo 25 anos para as edificações reavaliadas, 10 anos para equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e 5 anos para equipamentos de informática; e

• amortização do diferido, pelo método linear, com base na expectativa de geração de resultados, que não excede o prazo de 10 anos.

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

• Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos correspondentes ao período de risco não decorrido e no prazo de vigência das apólices atualizadas monetariamente no caso de seguros indexados, de acordo com a Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006.

Os prêmios por emitir e a provisão de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) são estimados conforme metodologia elaborada pela seguradora e a Nota Técnica Atuarial em que são justificadas essas metodologias está a disposição da SUSEP, conforme Resolução CNSP nº 162/2006.

• Sinistros a liquidar - PSL

É constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguro e resseguro cedidos.

• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

É constituída para todos os ramos de atuação da seguradora, com base em metodologia informada e protocolada pela SUSEP, e leva em consideração a experiência de sinistralidade da seguradora.

• Provisão complementar de prêmios - PCP

A provisão complementar de prêmios, instituída pela Resolução CNSP nº 162/06, é calculada "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. Em 31 de dezembro de 2007, a provisão foi constituída integralmente no montante de R\$ 755, sendo R\$ 938 a débito de Lucros acumulados como ajustes de exercícios anteriores e R\$ 183 a crédito do resultado.

• Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP nº 334/07 e Pronunciamento NPC nº 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, da seguinte forma:

• Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

• Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. Foram constituídas provisões por imposto de renda, à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e para contribuição social sobre o lucro, à alíquota de 9%, nos termos da legislação em vigor.

3. Aplicações - circulante e realizável a longo prazo

(a) Composição

	2007	2006
Letras financeiras do tesouro - LFT	85.985	76.823
Letras do tesouro nacional - LTN	20.944	-
Quotas de fundos de investimentos - renda fixa	96.033	108.687
Outras aplicações	2.932	1.282
Circulante	205.894	186.792
Outras aplicações - realizável a longo prazo	456	428
	<u>206.350</u>	<u>187.220</u>

As quotas de fundos de investimento são apresentadas pelo seu valor na data do balanço e correspondem a aplicações no Bradesco, Banco ABN AMRO, Santander, Western Asset Management e Itaú.

(b) Títulos para negociação

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 são os seguintes:

	2007		2006	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Letras financeiras do tesouro - LFT	85.973	85.985	76.850	76.823
Letras do tesouro nacional - LTN	21.448	20.944	-	-
Quotas de fundos de investimentos - renda fixa	96.033	96.033	108.687	108.687
Outras aplicações	3.388	3.388	1.282	1.282
	<u>206.842</u>	<u>206.350</u>	<u>186.819</u>	<u>186.792</u>

O custo atualizado e o valor de mercado por vencimento estavam distribuídos da seguinte forma:

	2007		2006	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Avencer entre 1 e 5 anos	107.421	106.929	76.850	76.823
Vencimento indeterminado	99.421	99.421	109.969	109.969
	<u>206.842</u>	<u>206.350</u>	<u>186.819</u>	<u>186.792</u>

Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação foram apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 334/2007.

4. Créditos tributários

(a) Circulante

Referem-se a antecipações de imposto de renda e de contribuição social e de imposto de renda retido na fonte.

(b) Realizável a longo prazo

Referem-se aos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 17.059 (2006 - R\$ 13.792), decorrentes de créditos por diferenças temporárias, os quais, de acordo com a administração, apresentam efetivas perspectivas de realização.

5. Imobilizado

	2007	2006
Imóveis	875	2.693
Equipamentos	6.819	5.698
Móveis, máquinas e utensílios	431	307
Veículos	2.072	1.970
	10.197	10.668
(-) Depreciação acumulada	(4.429)	(3.506)
	5.768	7.162
Terenos	1.016	4.130
Outras imobilizações	-	3
	<u>6.784</u>	<u>11.295</u>

Em 31 de janeiro de 2007, a Assembléa Geral Extraordinária aprovou os laudos de avaliações dos imóveis da Seguradora emitidos pela BALBI & Associados, peritos independentes contratados para esta finalidade. Conseqüentemente, foi contabilizada um complemento da reavaliação, naquele mês, no montante de R\$ 1.105 a crédito da reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários, e o prazo de vida útil econômica dos referidos bens foi alterado com base nesses laudos de avaliações.

No decorrer do primeiro semestre de 2007, a Seguradora alienou pelo montante de R\$ 6.330 dois imóveis, apurando um prejuízo nessa operação de R\$ 194. Essas alienações resultaram na baixa de R\$ 2.157 da rubrica "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido.

6. Diferido

	2007	2006
Despesas de organização e instalação	4.938	2.730
Despesas de desenvolvimento e direitos de uso e implantação de sistemas	3.998	3.377
Ágio decorrente da incorporação dos acervos líquidos de controladas	-	2.304
(-) Amortização acumulada de despesas	(4.421)	(3.405)
(-) Amortização acumulada do ágio	-	(2.304)
	<u>4.515</u>	<u>2.702</u>

As despesas com desenvolvimento, implantação de sistemas e uso de software são amortizadas à taxa de 20% ao ano, a partir do início de sua utilização.

7. Provisões técnicas e despesas de comercialização diferidas

Principais classes de negócios	Despesas de comercialização diferidas	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	2007	
				Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões PCP
Transportes	1.134	8.130	21.074	2.959	350
Automóveis	2.921	19.992	12.564	454	-
Patrimonial	6.279	23.940	19.181	611	289
Responsabilidade	494	5.372	6.969	880	-
Pessoas	220	754	6.586	2.565	116
	<u>11.048</u>	<u>58.188</u>	<u>66.374</u>	<u>7.469</u>	<u>755</u>

Principais classes de negócios	Despesas de comercialização diferidas	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	2006	
				Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões PCP
Transportes	57	363	19.227	2.750	-
Automóveis	2.349	20.236	13.536	463	-
Patrimonial	6.398	25.330	10.723	642	-
Responsabilidade	478	5.225	6.560	813	-
Pessoas	107	531	6.384	2.525	-
	<u>9.389</u>	<u>51.685</u>	<u>56.430</u>	<u>7.193</u>	<u>-</u>

8. Garantia das provisões técnicas

Para cobertura das provisões técnicas, a seguradora mantinha os seguintes bens e valores retidos ou vinculados à SUSEP:

	2007	2006
Quotas de fundos de investimentos - renda fixa	43.947	48.318
Letras do tesouro nacional - LTN	20.944	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	85.985	76.823
	<u>150.876</u>	<u>125.141</u>

Os montantes de depósitos especiais no IRB-Brasil Resseguros S.A. e direitos creditórios, já líquido dos prêmios vencidos e não pagos, no montante de R\$ 2.932 e R\$ 19.820, respectivamente (2006 - R\$ 1.710 e R\$ 9.454, respectivamente), foram deduzidos das provisões técnicas não comprometidas para fins de cobertura.

9. Transações e saldos com partes relacionadas

O saldo em aberto com a controladora, em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 476, classificado na rubrica "Títulos e créditos a receber" no ativo circulante (2006 - R\$ 188), refere-se, principalmente, a valores a receber pela seguradora por conta de despesas incorridas pela controladora em seu nome, que periodicamente são objeto de encontro de contas.

10. Outros passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

(a) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)
Os valores registrados nesta rubrica são relacionados, principalmente, a discussões judiciais, registradas no passivo exigível a longo prazo. Essas ações estão amparadas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo. A seguradora constitui provisão, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos, conforme suas probabilidades de êxito e relevância. As discussões judiciais referentes a questionamentos de obrigações legais foram integralmente provisionadas e classificadas como "Obrigações legais". As principais ações fiscais, bem como o saldos dos correspondentes depósitos judiciais, podem assim ser resumidos:

	Obrigações legais		Depósitos judiciais	
	2007	2006	2007	2006
COFINS (1)	41.716	33.728	16.153	16.153
PIS (2)	7.069	7.069	7.287	7.285
INSS (2)	2.195	2.195	2.195	2.195
ICMS (1)	1.106	1.188	1.105	1.105
Outros	3	4	-	-
	<u>52.089</u>	<u>44.184</u>	<u>26.740</u>	<u>26.738</u>

(1) Perda remota

(2) Perda possível
COFINS - não-recolhimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, instituída pela Lei nº 9.718/1998.

PIS - não-recolhimento do Programa de Integração Social - PIS na forma instituída pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1/1994 e legislação ordinária posterior.

INSS - questionamento sobre comissão de corretagem incidente no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ICMS - as ações em andamento referem-se ao questionamento da constitucionalidade da obrigação de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre salvados.

(b) Contingências trabalhistas

As ações trabalhistas podem ser resumidas por sua natureza, como demonstrado a seguir:

	2007	2006
Ações de vínculo empregatício e direitos trabalhistas	1.080	1.206
Ações de representação	2.572	1.571
Outras	1.158	522
	<u>4.810</u>	<u>3.299</u>

Ações de vínculos empregatícios e direitos trabalhistas - referem-se aos questionamentos de equiparação salarial e horas extras, registradas de acordo com suas possibilidades de perda estabelecidas pelos consultores jurídicos da seguradora.

Ações de representações - referem-se aos processos pedidos de indenização de empresas jurídicas que atuavam como representações da seguradora, com risco de perda provável.

Atualmente a companhia está provisionando a totalidade do montante reclamado.

(c) Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo da provisão das contingências cíveis refere-se, basicamente, a ações que, na opinião dos consultores jurídicos da seguradora, apresentam risco de perda provável.

Atualmente a companhia está provisionando a totalidade do montante reclamado.

(d) Movimentação das contingências

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31.12.2006	44.184	3.299	482
Constituições / atualização monetária	17.729	2.603	139
Reversões / baixas / pagamentos	(9.824)	(1.092)	(22)
Saldo em 31.12.2007	<u>52.089</u>	<u>4.810</u>	<u>599</u>

(e) Sinistros

As contingências passivas relacionadas a sinistros estão provisionadas na rubrica "Sinistros a liquidar". Com base nos pareceres dos consultores jurídicos, foram constituídas provisões suficientes para garantir prováveis perdas com estas ações. Em função do andamento desses processos, a administração da seguradora efetuou, em agosto de 2005, um estudo relativo a ações ligadas a sinistros e, com base em índices oficiais, procedeu à atualização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2007, o efeito desta atualização monta a R\$ 4.723 (2006 - R\$ 7.605), registrada na rubrica "Despesas financeiras".

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 8.971.033 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação dos terrenos e edificações, é apresentada líquida do imposto de renda e contribuição incidentes, refletidos na provisão para tributos diferidos no exigível a longo prazo.

(c) Reserva legal

É constituída, ao final de cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira e poderá ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(d) Outras reservas de lucros

Corresponde à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, sujeita à deliberação da Assembléa Geral.

(e) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação tem direito a um voto nas Assembléas Gerais e é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Em 30 de março de 2007, a Assembléa Geral Ordinária e Extraordinária deliberou pelo não pagamento de R\$ 3.275 referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2006, onde decidiram reter sua totalidade em "Outras reservas de lucros", conforme permitido pela Lei das Sociedades Anônimas.

12. Instrumentos financeiros

A seguradora participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às estratégias operacionais e de cobertura das provisões técnicas e estão apresentados, substancialmente, sob "Aplicações". A administração desses riscos é efetuada, principalmente, por intermédio de instituições financeiras com as quais a seguradora opera. O valor contábil desses instrumentos financeiros equivale ao valor de mercado dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

13. Ramos de atuação da seguradora

Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos e índices de sinistralidade e de comissionamento:

Principais classes de negócios	Prêmios ganhos	2007		2006	
		Sinistralidade	Comissionamento	Sinistralidade	Comissionamento
Transportes	107.851	51	21	93.036	47
Patrimonial	45.884	61	27	42.514	33
Automóveis	31.481	42	14	29.956	55
Pessoas	25.311	54	19	20.606	52
Responsabilidade	8.609	5	12	6.817	33
Total	<u>219.136</u>	<u>50</u>	<u>21</u>	<u>192.929</u>	<u>45</u>

14. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

	2007	2006
a) Outras receitas e despesas operacionais		
Recuperação com custo de apólice	2.792	2.841
Despesas com cobrança	(70)	(360)
Despesas com encargos sociais	(17)	(143)
Despesas com inspeção de riscos	(3.743)	(2.526)
Perdas atribuídas	167	(344)
Constituição para riscos de créditos	(1.525)	(161)
Outras receitas operacionais	991	763
Outras despesas com operações de seguros - emissão direta, líquidas	(236)	61
Outras despesas operacionais	(2)	(319)
	<u>(1.643)</u>	<u>(188)</u>

b) Despesas administrativas

Despesas com pessoal próprio	(37.408)	(30.172)
Despesas com serviços de terceiros	(4.437)	(4.332)
Despesas com localização e funcionamento	(14.857)	(12.345)
Despesas com publicidade e propaganda	(995)	(1.528)
Despesas com publicações	(243)	(146)
Despesas com donativos e contribuições	(81)	(161)
Outras despesas administrativas	(228)	(302)
	<u>(58.249)</u>	<u>(48.986)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

c) Mudança na legislação societária brasileira (com vigência a partir de janeiro de 2008)

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Conforme definido na Lei, considera-se de grande porte, para os fins exclusivos da referida Lei, a sociedade ou o conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões. Adicionalmente, companhias de capital fechado poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela CVM para as companhias abertas.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores.
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro).
- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Obrigatoriedade da companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) perda por não recuperação

desses ativos será registrada como resultado de decisões para descontinar as atividades relativas a referidos ativos é registrada ou quando há evidência que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos e (ii) que o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar depreciação, amortização e exaustão é revisada e ajustado.

- Criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.

- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

- Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependerem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

DIRETORIA

Dinand Blom - Diretor Presidente
Paulo Yukio Takenaka - Diretor Executivo Técnico
Marcelo Benevides Xavier - Diretor Comercial
Angelo Colombo Querci Filho - Diretor de Estratégia e Desenvolvimento de Negócio

Fabiana Brayn - Diretora Financeira
Adailton Oliveira Dias - Diretor de Transportes
Fernando Valentim Prazeres Ribeiro - Diretor de Sinistros

Cilene Valéria Santos Dantas Machado
 Contadora - CRC/RJ 087.327/0-8

Eliane Barroso Ferreira
 Atuária MIBA 1059

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas
 Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A.

Elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas da Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A., data base de 31 de dezembro de 2007, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/04. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas analisadas na avaliação atuarial.

Foram examinadas as provisões técnicas, referentes à 31 de dezembro de 2007, correspondentes a: provisão de prêmios não ganhos, provisão para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisão de insuficiência de prêmios, provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos e não avisados.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais aplicáveis, internacionalmente aceitos, e compreenderam, principalmente, avaliar a adequação das Provisões Técnicas em relação aos compromissos, passados e futuros da Companhia, com os segurados.

Desta forma, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituí-

das, bem como, a movimentação na carteira por tipo de ramo de seguro, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2007.

Pela nossa avaliação não foi necessária a constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios. Com base nos estudos efetuados, ratificamos que os critérios estabelecidos nas normas vigentes e nas Notas Técnicas dos produtos estão sendo obedecidos, e que as Provisões Técnicas constituídas, na data de 31 de dezembro de 2007, encontram-se adequadas em todos os aspectos relevantes no que diz respeito às práticas atuariais aplicáveis.

22 de Fevereiro de 2008

Cristina Mano
 Atuária MIBA900
 Towers Perrin CIBA 19
 CNPJ 50.245.935/0001-06

Eliane Barroso Ferreira
 Atuária Responsável
 Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A.

Paulo Yukio Takenaka
 Diretor Técnico e de Relações
 com a SUSEP
 Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
 Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A.
 Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A., levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Seguradora; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A., em 31 de dezembro de 2007, e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, em 9 de fevereiro de 2007, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2008

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
 CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

José Barbosa da Silva Júnior
 Contador - CRC 1SP 128.132/O-0 "S" RJ